

# Prorrogações enfraquecem os parlamentaristas

BRASÍLIA — Duas prorrogações nos prazos da Constituinte, destinadas à negociação do sistema de governo, garantiram ao Presidente José Sarney a divisão do grupo parlamentarista e a consequente abertura de espaço para a manutenção do presidencialismo. Ontem, as lideranças do Governo, reanunciadas com a divisão dos parlamentaristas, iniciaram a caça aos votos nos outros partidos.

O racha dos parlamentaristas, em torno da época e do modo de implantação do sistema, tornou-se irreversível na madrugada de segunda para terça-feira. Em reunião na casa do Deputado Alcení Guerra (PFL-PR), os parlamentaristas não conseguiram se entender em torno de uma proposta comum. Só sobre o prazo de implantação do sistema havia diversas propostas conflitantes.

Na manhã e na tarde de ontem, enquanto o Presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, começava a enxergar novas possibilidades para o seu presidencialismo "mitigado", o Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), começou a se entender mais de perto com as lideranças do PT e do PDT para aprovar um sistema de governo que não preveja a dualidade de forças entre o Presidente da República e o Primeiro-Ministro.

O Porta-Voz do Palácio do Planalto, Frota Neto, foi definitivo quanto ao papel desempenhado pelo Presidente José Sarney nesta nova definição do quadro político.

— O Presidente tenta tornar viável a manutenção do presidencialismo. Antes de iniciar seus contatos com os pequenos partidos, Carlos Sant'Anna criticou por duas vezes o grupo parlamentarista, que, até o fim de semana, acreditava tê-lo cooptado para uma forma mais amena de parlamentarismo, acrescentando no-



José Richa e Cid Carvalho estão com o Governo

vos itens na proposta do Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), que revigoravam a figura do Presidente da República. Para ele, esta emenda seria derrubada pelo primeiro Presidente eleito.

Ele ainda desprezou o documento derradeiro dos parlamentaristas, que, depois de uma reunião na Biblioteca da Câmara, elaboraram uma carta destacando os pontos fundamentais que consideram necessários para a implantação do parlamentarismo ainda no Governo Sarney. Qualificou-o de "documento vazio".

O Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, disse ter a certeza de que as conversações devem fazer emergir uma "proposta de operacionalidade confiável e não aventureira".

Pelo confronto que se anuncia entre a nova disposição presidencialista do Palácio do Planalto e a postura do Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), é provável que se assista no plenário da Comissão à luta em torno da emenda parlamentarista do Presidente da Comissão, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que ressurge, e a do Deputado Theodoro Mendes, que o Palácio do Planalto reformou e quer ver aprovada.



O grupo parlamentarista elabora documento a ser entregue a Sarney

## Frustração leva o grupo a considerar que o Governo armou um jogo duplo

BRASÍLIA — A frustração que o grupo parlamentarista tentava dissimular ontem, com a afirmação de que ainda é possível um entendimento em torno do sistema de Governo, era acompanhada por críticas ao comportamento do Palácio do Planalto no curso das negociações. Os parlamentaristas queixavam-se de que há um "jogo duplo" por parte do Governo e cobravam uma posição clara do Presidente José Sarney.

— Há canais contraditórios de informação quanto à postura do Presidente — afirmava o Senador José Fogaça (PMDB-RS). — Queremos dele uma manifestação clara.

A nota elaborada pelos representantes das três correntes em que se divide hoje o grupo parlamentarista tem também como objetivo, segundo eles, levar o Presidente a manifestar-se de maneira mais definida sobre o assunto. As sucessivas afirmações de Sarney, através de interlocutores diversos, de que não aceitará o parlamentarismo foram classificadas por alguns de "má interpretação" de quem ouviu.

— O Presidente não deve ter dito uma coisa dessas — disse o Sena-

dor Fernando Henrique Cardoso, quando indagado a respeito da afirmação de Sarney de que as propostas em estudo não passam de "assembleísmo".

O Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), ligado a Sarney e que defende no grupo parlamentarista a proposta gradualista, também foi criticado por seus companheiros. Ele chegou a ser chamado por um dos parlamentaristas de "mensageiro do caos", por ter afirmado ao grupo, na reunião de segunda-feira, que estava muito preocupado com a situação, pois o entendimento não evoluiu e o Governo tinha "endurecido o jogo".

Embora sem citar o Planalto, a Deputada Sandra Cavalcanti fez questão de afirmar, após a reunião de ontem, quando todos assinaram o documento, que "fracassaram as manobras divisionistas que atacaram os parlamentaristas".

Apesar do retrocesso nas negociações, os parlamentaristas ainda afirmaram ter esperanças de chegar a um acordo até sexta-feira, sem admitir como definitivos os sinais contrários a isso.

## Divergência quanto aos prazos de implantação mostra falta de unidade

BRASÍLIA — A exigência do Presidente José Sarney de que os parlamentaristas mostrassem unidade em torno de uma proposta foi fatal para o grupo. As divergências se aprofundaram quando começou a se discutir o prazo de implantação do novo sistema de Governo. A tentativa de demonstrar união fracassou e o grupo só conseguiu elaborar um documento afirmando a disposição de continuar defendendo o parlamentarismo e que este deverá ser efetivado ainda durante o Governo Sarney.

Na noite de segunda-feira, os parlamentaristas se reuniram na casa do Deputado Alcení Guerra (PFL-PR) e tentaram encontrar um ponto comum sobre a transição do presidencialismo para o sistema de Governo que defendem. Os pefelistas, segundo Saulo Queiroz (PFL-MS), queriam que a transição se desse em dois anos, dando-se um mandato de cinco anos para Sarney. Somente depois desse prazo o parlamentarismo deveria ser plenamente efetivado.

No entanto, o próprio Deputado Alcení Guerra considera inviável para o sistema que a eleição direta do sucessor de Sarney seja um ano antes da eleição para o Parlamento, que se realizará apenas em 1990. Por isso, caso fosse aceita a hipótese do mandato de cinco anos, a eleição do Presidente deveria se dar pelo próprio Congresso, mas para um mandato-tampão de um ano.

No mesmo sentido se pronunciou o Senador José Richa (PMDB-PR). Para ele, o sistema deveria ser implantado gradualmente, permitindo uma "adaptação técnico-administrativa" de todos os escalões do Governo. Ele concordava com a tese da necessidade de coincidirem as eleições para o Congresso e para a Presidência da República, o que daria um mandato para o Sarney de seis anos.

Assim, o Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) apresentou sua proposta de implantação gradual do parlamentarismo. No primeiro ano o Governo Sarney não seria atingido pelo voto de censura; no segundo, a queda do Ministério só seria possível com o apoio de dois terços da Câmara; somente no último ano seria efetivada a mudança do sistema.

O Senador Afonso Arinos (PFL-RJ) concordou com a necessidade do gradualismo e da coincidência das elei-



Deputado Alcení Guerra (PFL-PR)

ções. Por outro lado, os pemedebistas não concordam com a tese dos seis anos. O Senador José Fogaça (PMDB-RS), com apoio do Deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), propôs que, nos primeiros 12 meses de parlamentarismo, não fosse possível a moção de censura. Mas, logo depois desse prazo, o novo sistema seria plenamente efetivado.

Sem haver acordo, a única saída foi elaborar em conjunto uma nota pedindo ao Senador Afonso Arinos que tente retomar o diálogo com o Presidente Sarney, ressaltando que os parlamentaristas consideram "indispensável uma linha de entendimento que gere a participação e o apoio imprescindíveis do Presidente da República, dos Partidos Políticos e da Sociedade". Nesta nota, eles deixam claro que todas as futuras eleições serão realizadas num processo que leve em conta o parlamentarismo.

Enquanto isso, os Constituintes da esquerda estão preocupados com a tentativa de negociação entre o Governo e parlamentaristas. Para eles, a busca de um entendimento está fortalecendo muito a figura do Presidente da República. O assunto será discutido ainda hoje entre representantes do Movimento da Unidade Progressista (MUP), PT, PMDB, PC do B, PCB e PSB.

# Impasse anima os presidencialistas

BRASÍLIA — "Agora nossa proposta presidencialista subiu de cotação". Foi a reação do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ontem, ao saber do fracasso da reunião na noite anterior na casa do Deputado Alcení Guerra (PFL-PR), derradeira tentativa de aglutinar os parlamentaristas mais reticentes em torno de uma proposta que desse maiores poderes ao Presidente da República. Sem se entender sobre a menor ou maior urgência da implantação do regime parlamentarista, eles continuaram em conflito, abrindo, no entender de Ulysses, um espaço para a emenda de seu assessor Miguel Reale Júnior, apresentada pelo Deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), propondo o presidencialismo "mitigado".

Muito antes de Ulysses, na madrugada de segunda para terça, os principais auxiliares do Presidente José Sarney no Congresso já fes-

tajavam o "eclipse" parlamentarista e o alvorecer do presidencialismo. Só que não estavam com os olhos postos no presidencialismo "mitigado" desejado por Ulysses, mas algo bem mais sólido do ponto de vista de aglutinação de forças em torno do Presidente da República: a emenda Theodoro Mendes.

No Planalto, o Porta-Voz Frota Neto, para corrigir rumores de que o Governo dava sinais de ceder ao parlamentarismo, avisava ontem:

— O Presidente tenta viabilizar a manutenção do presidencialismo.

Depois de uma última e infrutífera reunião dos parlamentaristas na biblioteca da Câmara, o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, co-autor de uma derradeira proposta de conciliação dentro do grupo, lamentava:

— Esta discussão vai mesmo para o plenário da Comissão de Sistematização.

Com a falta de entendimento entre os parlamentaristas, pode dar mesmo o presidencialismo. Só que com muitos traumas.

Os traumas são as previsões de que, com esta votação no plenário da Comissão, mais a falta de entendimento em torno da reforma agrária, vai surgir um racha final dentro da Aliança Democrática e do PMDB.

Pelas contas palacianas, a inclinação presidencialista ainda mostra algum risco, mas já define melhor a tática a ser empreendida nos próximos dias. O Palácio contabilizava 43 votos presidencialistas em qualquer situação. Agora, vai trabalhar em cima de uma faixa de 15 indecisos. Outra parte deve vir pela atração natural e o resto fica por conta da divisão parlamentarista.

A proposta do Deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP) já sugeriu um presidencialismo um pouco mais "mitigado". Entre as medidas que

propunha para o fortalecimento do Congresso, previa a moção de censura a Ministros, com os votos da maioria absoluta dos congressistas. O Presidente poderia vetar a moção, mas o Congresso tinha o poder de derrubar este veto. Por imposição do Planalto, o veto é inotocável.

Elas previa também o exame pelo Congresso da política econômica do Governo, com estabelecimento de prioridades, aprovação do orçamento, da política externa e com poder decisório sobre acordos internacionais, inclusive com o FMI. Todas estas disposições foram alteradas.

Um único item que desagradava o Palácio do Planalto — não propriamente pelo seu teor, mas pelas dificuldades políticas que pode acarretar — foi mantido: o voto distrital misto. Por nova orientação palaciana, ele deve ser destacado para ser votado separadamente.

## Parlamentaristas defendem mudança em documento enviado ao Presidente

BRASÍLIA — Na tentativa de conseguir um entendimento com o Presidente da República, José Sarney, sobre o sistema de Governo, 14 parlamentaristas — dos quais 12 são membros da Comissão de Sistematização — elaboraram um documento destacando o que consideram fundamental para a implantação do novo sistema de governo. A carta foi entregue ao Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), para que chegasse às mãos do Presidente Sarney.

Os pontos fundamentais apresentados pelos parlamentaristas no documento são os seguintes:

1 — A implantação do Sistema Parlamentarista deve ocorrer no atual período de governo.

2 — É indispensável uma linha de entendimento que gere a participação e o apoio imprescindíveis do Presidente da República, dos partidos

políticos e da Sociedade.

3 — Defendemos um período de transição para a implantação do sistema parlamentarista, através das Disposições Transitórias, de forma a assegurar o ajuste necessário das instituições ao novo sistema de governo, que, na sua plenitude, deverá ficar definido no corpo permanente da Constituição.

4 — A futura eleição presidencial, bem como a eleição para os membros do Congresso Nacional, deverá refletir fielmente o novo modelo de governo, já então definitivamente instaurado no País.

5 — O momento é de enormes dificuldades econômicas e sociais. O parlamentarismo substancia e viabiliza o pacto político superior, do qual o Brasil depende para encontrar soluções indispensáveis ao bem estar dos brasileiros".

## Governo armou estratégia e dividiu parlamentaristas

BRASÍLIA — A estratégia do Governo para implodir o parlamentarismo, antes mesmo da votação na Sistematização, começou a ser montada no último fim de semana, diante da ameaça produzida pelo volume de manifestações favoráveis ao sistema. O primeiro lance partiu do Presidente Sarney, que abriu o Palácio da Alvorada aos parlamentaristas, numa demonstração aparente de que desejava o entendimento.

Com o habitual cavalheirismo, ouviu todas as ponderações sem assumir nenhum compromisso. Só deu a entender que estava disposto a dialogar. Seu próprio filho chegou a imaginar que seria possível um acordo. Passada a euforia de sábado e domingo, a estratégia do Governo começou a ganhar nitidez. "O Presidente Sarney passou o final de semana congelado diante da avalanche parlamentarista", comentou, ontem, irônico, o Deputado Prisco Viana, aliado do Presidente.

O "congelamento" a que se referiu, na verdade, era traduzido por uma posição cautelosa de Sarney, à espera dos números reais de que dispunham os parlamentaristas na Sistematização. Além disso, era preciso dar tempo para que seus aliados infiltrados no movimento parlamentarista pudessem agir. Ou seja, na discussão sobre o tipo de parlamentarismo, o choque entre "amigos" e "inimigos" de Sarney acabaria por dividir o grupo.

Os "amigos" podiam ser identificados em duas correntes: os "gradualistas", liderados por Cid Carvalho (PMDB-MA), e os "puristas" do PFL, comandados pelo Senador Carlos Chiarelli. Os "inimigos", naturalmente, são os defensores de quatro anos de mandato.

Assim, em meio às inúmeras reuniões entre "puristas", "neo-parlamentaristas", "gradualistas" e "mitigados", apenas vozes isoladas insistiam em que o Governo continuava preferindo o presidencialismo. No sábado, por exemplo, o Líder do PFL na Câmara, José Lourenço,

afirmou que Sarney, "por convicção", continuava presidencialista.

Declarações desse tipo serviam para confundir os parlamentaristas, enquanto nos bastidores "os amigos" cuidavam de radicalizar posições. No "racha" que acabou configurado, o Governo nunca teve dúvidas da lealdade de "gradualistas" como José Richa e Cid Carvalho.

— Se o confronto for estabelecido, eu e outros companheiros ficaremos em situação difícil. Acho que aqui existem mais anti-sarneysistas do que, propriamente, parlamentaristas — desabafou Cid Carvalho, numa demonstração visível de que "racharia" se a proposta gradual não fosse aprovada.

O Presidente contava ainda com a posição irreduzível de um número expressivo de parlamentares do PFL, em favor do parlamentarismo puro, mas apenas em 1990. Esse grupo, em várias oportunidades, deixou claro que o estabelecimento do parlamentarismo gradual, ou a partir do próximo ano, o levaria à aliança com Sarney na tese presidencialista.

A duração do mandato presidencial, em última análise, foi o "mote" do Governo para dividir irremediavelmente os parlamentaristas. Numa reunião de quatro horas no Palácio do Planalto, segunda-feira, foi articulada a estratégia de implosão. Além de Sarney, estavam Carlos Sant'Anna, Prisco Viana, Albérico Filho e o Ministro Costa Couto.

Em seguida à reunião, Sant'Anna recebeu dos parlamentaristas o documento de intenção que levariam no dia seguinte ao Presidente. Ele exigiu, de imediato, que fossem colocados no documento a data de implantação do parlamentarismo e a forma a ser adotada.

Como o documento continuou indefinido sobre a duração do mandato, ficou evidente para o Governo que os parlamentaristas não tinham conseguido a unidade. Foi o sinal para que o presidencialismo voltasse a ser trabalhado na Constituinte.

## Líder critica Emenda Nelson Carneiro e desmente acordo

BRASÍLIA — Acompanhando a posição do Presidente José Sarney, o Líder do Governo Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) repudiou ontem a emenda Nelson Carneiro. Ele considerou o documento "vazio" e disse ser muito difícil a possibilidade de um acordo. Sant'Anna retomou a ofensiva pela aprovação do presidencialismo e, segundo levantamentos feitos em conjunto com Deputados do PDT, os presidencialistas já contam com 51 votos na Comissão de Sistematização.

Sant'Anna, mostrou-se irritado com as notícias de que já teria celebrado um acordo com os parlamentaristas. Garantiu que esteve no apartamento do Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) na tarde de domingo, "para colocar a minha visão de presidencialista e para examinar a emenda parlamentarista".

— Isto ficou claro desde o início. Eu não queria ir para evitar distorções, mas garantir que seria uma conversa reservada. Mas não foi.

O Líder do Governo lembra que assim que leu a emenda do Senador Nelson Carneiro apresentou suas críticas:

— Como está a emenda, o primeiro Presidente eleito derruba o parlamentarismo. Disseram que seria possível reforçá-la. Então, ficaram de tentar um modelo suficientemente estruturado para superar o impacto da posse do primeiro Presidente eleito.

Na noite de segunda-feira o Deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) telefonou para



informar sobre alterações na emenda, mas Sant'Anna acha que não apresentou nada de concreto. Ontem à tarde, depois de duas horas de reunião, três representantes do grupo parlamentarista — os Deputados Cid Carvalho (PMDB-MA) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e o Senador José Fogaça (PMDB-RS) — levaram até Sant'Anna um documento que estabelece alguns pontos consensuais:

— Esperava algo mais objetivo — comentou com ar de desânimo. Lembrou que o Relator Bernardo Cabral esperava para ontem o texto, mas isso não aconteceu. Mas Sant'Anna não fechou as portas para um entendimento até sexta-feira, embora ache muito difícil.

**Orçamento e Acompanhamento do Custo da Obra**  
 Encontra-se à venda, a Av. 13 de Maio, 47/G, 2305 - Rio de Janeiro, um livro sobre "Sistema Nello Bianchi", contendo todo material necessário à sua implantação. O prospecto ilustrativo encontra-se no endereço acima ou pelo Tel.: (021)833-0466.